

RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA

1 - ORDEM DE SERVIÇO

Nº 2019.08472.

2 - IDENTIFICAÇÃO

2.1 - Objeto

Gestão Financeira.

2.2 - Objetivo

Avaliar a gestão financeira, o fluxo de caixa e a tempestividade dos pagamentos (Contas de 2019).

2.3 - Área Auditada

São Paulo Urbanismo (SP-Urbanismo).

2.4 - Período da Realização

19.03.20 a 15.05.20.

2.5 - Período de Abrangência

01.01.19 a 31.12.19.

2.6 - Equipe Técnica

Pierre José de Luna Maria TC nº 20.281.

2.7 – Procedimentos

- Confronto dos valores expressos nos extratos bancários com os valores apontados nos balancetes e nos relatórios gerenciais.

- Análise das possíveis diferenças monetárias existentes entre os extratos bancários, balancetes e relatórios gerenciais, bem como das respectivas justificativas.
- Identificação no Fluxo de Caixa das entradas e saídas de recursos mais representativas do exercício.
- Comparação das datas de vencimento previstas nos contratos / notas fiscais com as constantes nas Requisições de Pagamento e nas Relações de Pagamentos Efetuados.
- Verificação da ocorrência de alterações da ordem cronológica de pagamento e de justificativas, se houver.
- Identificação da previsão orçamentária da empresa aprovada em lei.
- Análise da evolução mensal do fluxo de caixa (entradas, saídas e saldo).
- Verificação se a empresa recorreu a repasses financeiros da PMSP para cumprir seus compromissos.
- Verificação das medidas adotadas pela empresa, no caso de déficit de recursos.

2.8 – Siglas

BB – Banco do Brasil.

CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção.

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Emurb – Empresa Municipal de Urbanização.

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte.

OUC – Operação Urbana Centro.

PAF – Plano Anual de Fiscalização.

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

PIS – Programa de Integração Social.

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo.

SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

SP-Urbanismo – São Paulo Urbanismo.

3 - RESULTADO

3.1 – Introdução

A São Paulo Urbanismo (SP-Urbanismo) é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade simples, que se originou da cisão da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), conforme a Lei Municipal nº 15.056/09 e o Decreto Municipal nº 51.415/10, e tem como objetivo fundamental dar suporte e desenvolver as ações governamentais voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo para a concretização de planos e projetos da Administração Municipal.

A presente auditoria trata da gestão financeira, do fluxo de caixa e da tempestividade dos pagamentos realizados pela SP-Urbanismo no exercício de 2019, conforme previsto no Plano Anual de Fiscalização (PAF).

3.2 – Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31.12.19 a SP-Urbanismo apresentou a seguinte composição de caixa e equivalente de caixa:

Quadro 1 - Composição e Variação de Caixa e Equivalente de Caixa

Em R\$

Contas	31.12.19	31.12.18	Δ %	Composição %
CAIXA	8.070,24	9.809,31	(17,73)	0,04
Caixa	8.056,83	9.796,17	(17,76)	0,04
Moeda Estrangeira em Espécie	13,41	13,14	2,05	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	308,02	6.941,37	(95,56)	0,00
Santander (0001-57-00014-6)	-	5.613,69	(100,00)	-
CEF (2873-003-174-8)	308,02	1.327,68	(76,80)	0,00
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	20.508.557,61	11.523.800,88	77,97	99,96
Aplicação Própria	12.128.867,40	1.989.618,84	509,61	59,12
Aplic. BB(1897-X/6387-8)	12.123.320,32	1.989.618,84	509,33	59,09
Aplic. CEF(2873-003-174-8)	5.547,08	-	-	0,03
Aplicação de Terceiros	8.379.690,21	9.534.182,04	(12,11)	40,84
Aplic. BB (1897-X/5108-X) Relógios	7.764.063,16	3.813.039,17	103,62	37,84
Aplic. CEF (2873-003-340-6) Relógios	478.139,18	5.590.200,93	(91,45)	2,33
Aplic.CEF(2873-003-1174-3) OUC	137.487,87	130.941,94	5,00	0,67
Total	20.516.935,87	11.540.551,56	77,78	100,00

Fonte: Balancetes Contábeis fornecidos pela Origem.

*Contas com saldos nulos não foram apresentadas no Quadro.

No que se refere à composição das contas, como se depreende do **Quadro 1**, a quase totalidade dos recursos se encontrava alocada em aplicações financeiras, sendo tais recursos movimentados para as contas bancárias de acordo com a necessidade financeira da empresa.

Ao contrário do que ocorrera no exercício anterior, a maior parte do saldo das disponibilidades em 31.12.19, representada por 59,12% do total dos recursos, estava alocada nas contas de aplicação financeira próprias da SP-Urbanismo. Tal fato é explicado pela expressiva variação de aproximadamente 510% do saldo de recursos próprios, decorrente, principalmente, da remuneração pela distribuição de Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), ocorrida em 05.12.19, cujo montante recebido pela SP-Urbanismo foi de R\$ 16.368.930,00.

Quanto às variações sobre as mais expressivas contas de aplicação de terceiros (Mobiliário Urbano), estas decorrem, basicamente, de movimentação entre as próprias contas, tendo em vista que os recursos foram movimentados para as contas de recursos próprios da SP-Urbanismo, como uma espécie de operação de crédito; e o ressarcimento se deu apenas na conta 1897-X/5108-X. Tal operação será analisada no subitem **3.3.1**.

3.2.1 – Conciliação Bancária

Foram realizadas as conciliações mensais dos saldos de contas bancárias da SP-Urbanismo com os balancetes contábeis, as quais não evidenciaram divergências.

Adicionalmente, foi realizada conciliação de amostra estatística¹ da movimentação das contas bancárias, cujo resultado não evidenciou distorções entre os valores dos extratos bancários e os registros contábeis.

Por fim, foi apurado que os registros contábeis das movimentações financeiras são realizados mensalmente, por meio de integração entre os módulos financeiro e contábil do sistema interno da empresa.

¹ Amostra aleatória de 93 lançamentos, sem nenhuma distorção relevante. Nível de confiança de 95%.

3.3 – Fluxos de Caixa

A SP-Urbanismo, conforme relatórios apresentados à auditoria, tem realizado o controle gerencial de seu fluxo de caixa sob duas perspectivas: Fluxo de Caixa de seus recursos próprios e o Fluxo de Caixa de recursos de terceiros, formado, basicamente, pelos recursos do Mobiliário Urbano e da Operação Urbana Centro, como se observa a seguir:

Quadro 2 - Fluxo de Caixa por tipo de Recurso

Em R\$

	Saldo Inicial conforme Extratos Bancários	Entradas até 31.12.19	Composição das Entradas (%)	Saídas até 31.12.19	Composição das Saídas (%)	Saldo Final em 31.12.19	Diferença em relação aos Extratos Bancários
Recursos Próprios	2.006.369,52	61.881.179,00	87,82	51.750.043,00	84,03	12.137.505,52	(259,86)
Mobiliário Urbano/OUC	9.534.182,04	8.580.127,83	12,18	9.832.627,27	15,97	8.281.682,60	98.007,61
Total	11.540.551,56	70.461.306,83	100,00	61.582.670,27	100,00	20.419.188,12	97.747,75

Fonte: Planilhas de Controle fornecidas pela SP-Urbanismo.

Como se observa no **Quadro 2**, a maioria dos recursos foi movimentada no âmbito das atividades próprias da empresa, no Fluxo de Caixa dos recursos próprios, que passa a ser analisado no próximo subitem.

Importante salientar que, realizada a conciliação dos relatórios gerenciais de fluxo de caixa com os extratos bancários, foram identificadas diferenças mensais sistemáticas que, ao final do exercício, totalizaram uma diferença a menor de R\$ 97.747,75, o que denota uma fragilidade na rotina de controle gerencial que compromete, por conseguinte, a confiabilidade e a fidedignidade de tais relatórios.

3.3.1 – Fluxo de Caixa – Recursos Próprios

A SP-Urbanismo apresentou a seguinte estrutura para o fluxo de caixa gerencial de suas atividades:

Quadro 3 - Fluxo de Caixa SP-Urbanismo

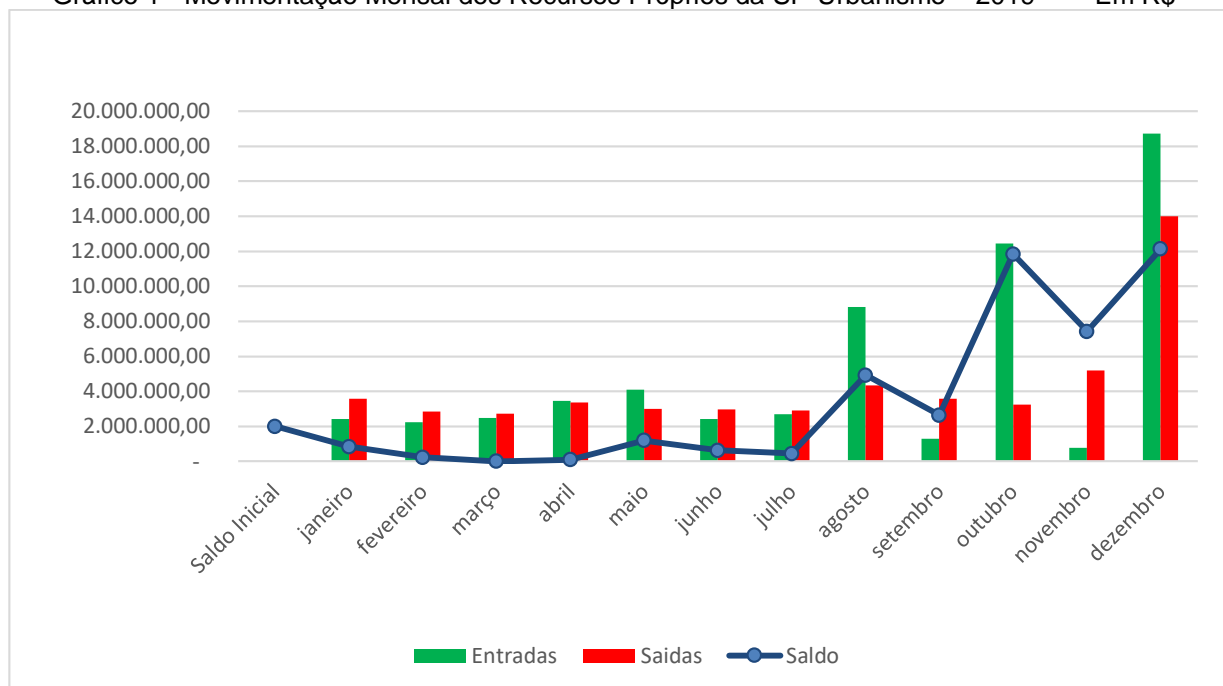
Em R\$

Saldo Inicial	2.006.369,52	
	31.12.19	Composição %
INGRESSOS	61.881.179,00	100,00
Receitas Próprias	42.309.152,00	68,37
Clientes PMSP	31.499.078,00	50,90
Outras Receitas Próprias	10.810.074,00	17,47
Recursos Gerenciados	601.714,00	0,97
Rec. Ger. Governo Municipal	601.714,00	0,97
Investimentos	11.264.215,00	18,20
Alienações de Imóveis	11.264.215,00	18,20
Financiamentos	7.706.098,00	12,46
Outros Ingressos	7.706.098,00	12,46
	31.12.19	Composição %
DESEMBOLSOS	51.750.043,00	100,00
Custeio	41.556.295,00	80,31
Despesas com Pessoal	34.536.604,00	66,74
Serviços de Terceiros	1.551.636,00	3,00
Material de Consumo	47.396,00	0,09
Despesas Gerais	1.458.565,00	2,82
Tributárias	3.962.094,00	7,66
Recursos Gerenciados	2.279.353,00	4,40
Rec. Ger. Governo Municipal	2.279.353,00	4,40
Financiamentos	7.914.395,00	15,29
Empréstimos Concedidos	7.914.395,00	15,29
Saldo Final	12.137.505,52	

Fonte: Planilhas de Controle fornecidas pela SP-Urbanismo.

Quanto à dinâmica mensal do fluxo de caixa dos recursos próprios, observa-se o seguinte:

Gráfico 1 - Movimentação Mensal dos Recursos Próprios da SP-Urbanismo – 2019 Em R\$



Fonte: Fluxo de Caixa fornecido pela SP-Urbanismo.

No que se refere às entradas, os ingressos mais representativos (68,37%) decorrem das Receitas Próprias da SP-Urbanismo, que são compostas das Taxas pela Administração das Operações Urbanas, dos contratos de Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnica à Prefeitura do Município de São Paulo e da remuneração pela administração dos CEPACs.

Esta última foi a responsável pelos movimentos atípicos nos meses de agosto e dezembro, que se referem, respectivamente, à multa por desvinculação de CEPAC (R\$ 6.691.942,21) e à remuneração pela distribuição de CEPAC no âmbito da Operação Faria Lima (R\$ 16.368.930,00), totalizando, portanto, R\$ 23.060.872,21.

Ressalta-se que, embora tais receitas pertençam ao escopo das atividades da SP-Urbanismo, tratam-se de eventos esporádicos e excepcionais, os quais representaram 54,5% dos ingressos provenientes das receitas próprias da empresa no exercício.

Além disso, foi identificado o ingresso de R\$ 11.264.215,37 em 16.10.19, que decorre do levantamento de depósito judicial no âmbito de processo de desapropriação², cuja desapropriada é a SP-Urbanismo. Justifica-se, portanto, a atipicidade ilustrada no **Gráfico 1**, no mês de outubro.

Não menos importante que os ingressos já apresentados, observou-se a entrada de R\$ 8.207.184,94, decorrente de uma espécie de operação de crédito utilizando os recursos gerenciados do Mobiliário Urbano. Nota-se que o **Quadro 3** registra o ingresso de R\$ 7.706.098,00 como financiamento, contudo não é demonstrada adequadamente a transação ocorrida em 15.03.19, no valor de R\$ 500.956,08, apurada em razão contábil, reafirmando a disparidade de informações entre os relatórios gerenciais e a documentação contábil.

Os recursos decorrentes dessa operação ingressaram no caixa da empresa entre os meses de março e junho de 2019 e foram utilizados no pagamento de diversas despesas, tais como Pessoal, Tributárias e Serviços, evitando um colapso financeiro da SP-Urbanismo.

Em que pese tal motivação, é importante observar o que dispunha o art. 13 do Decreto Municipal nº 51.415/10, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 56.377/15:

Art. 13. Os recursos da conta vinculada ao mobiliário urbano ficam mantidos na SP-Urbanismo, **podendo por esta ser utilizados para a proposição de normas e diretrizes, bem como para implementação de programas e projetos de reordenamento da paisagem urbana.** (grifos nossos).

Desse modo, nota-se que a utilização dos recursos era permitida, desde que estritamente vinculada à proposição de normas e diretrizes, bem como para implementação de programas e projetos de reordenamento da paisagem urbana.

Com o advento do Decreto nº 58.848/19 em 11.07.19, o mesmo artigo 13 do Decreto Municipal nº 51.415/10, passou a ter a seguinte redação:

Art. 13. Os recursos da conta vinculada ao mobiliário urbano ficam mantidos na SP-Urbanismo, podendo por esta ser utilizados para a proposição de normas e diretrizes, bem como para implementação de programas e projetos de reordenamento da paisagem urbana **e suporte e desenvolvimento das ações governamentais**

² Processo de Desapropriação nº 1061832-28.2018.8.26.0053 - Autor Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo Cohab - TJSP 11ª Vara Fazenda Pública

voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo. (grifos nossos).

Observa-se, assim, que o art. 13 passou a abranger integralmente o objeto social da SP-Urbanismo, consignado na cláusula 5ª de seu objeto social:

Cláusula 5ª. A SP-Urbanismo terá como objetivo fundamental dar suporte e desenvolver as ações governamentais voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo [...]

Dessa forma, ainda que a utilização dos recursos do Mobiliário Urbano nas atividades da SP-Urbanismo seja permitida atualmente pelo Decreto Municipal nº 58.848/19, as operações ocorridas em 2019, antes do Decreto nº 58.848/19, contrariam o disposto no Decreto Municipal nº 51.415/10 à época, cuja redação era dada pelo Decreto Municipal nº 56.377/15.

No que se se refere aos Desembolsos realizados pela SP-Urbanismo, observa-se como mais substanciais aqueles provenientes da folha pagamento, representando 66,74% do total de dispêndios. Outras despesas compõem os dispêndios essenciais ao funcionamento da SP-Urbanismo: Despesas tributárias (7,66%), que decorrem, principalmente, de tributos sobre o faturamento; Despesa com contratos de prestação de serviços (3%), compostos essencialmente por contratos de vigilância, limpeza e informática; Despesas Gerais (2,82%), tais quais condomínio, água, luz, telefone etc.

Por fim, ainda nos ingressos, ocorreram desembolsos com financiamentos (15,29%), essencialmente para a devolução dos valores emprestados junto ao Mobiliário Urbano.

3.3.2 – Fluxo de Caixa dos Recursos de Terceiros

O Fluxo de Caixa de Recursos de Terceiros compreende essencialmente os valores decorrentes da exploração da utilização do mobiliário urbano (relógios, paradas de ônibus etc.) para divulgação de publicidade e os valores residuais da Operação Urbana Centro.

Em 2019 esse fluxo contou com a seguinte estrutura:

Quadro 4 - Fluxo de Caixa do Mobiliário Urbano Em R\$

Saldo Inicial	9.534.182,04	
	31.12.19	Composição %
INGRESSOS	8.580.127,83	100,00
Mobiliário Urbano	8.572.404,35	99,91
Rendimentos Aplicações Financeiras	232.712,33	2,71
SP-Urbanismo – Ressarcimento	8.339.692,02	97,20
Operações Urbanas	7.723,48	0,09
Rendimentos Aplicações Financeiras	7.723,48	0,09
	31.12.19	Composição %
DESEMBOLSOS	9.832.627,27	100,00
Mobiliário Urbano	9.831.449,72	99,99
Mobiliário Urbano	1.568.796,82	15,96
COFINS/PASEP	14.036,23	0,14
IRRF - Aplic. Financeiras	41.431,73	0,42
SP-Urbanismo	8.207.184,94	83,47
Operações Urbanas – OUC	1.177,55	0,01
IRRF Aplic. Financeiras	1.177,55	0,01
Saldo Final	8.281.682,60	

Fonte: Planilhas de Controle fornecidas pela SP-Urbanismo.

Quanto aos ingressos, tem-se, basicamente o registro do reembolso dos valores emprestados à SP-Urbanismo (97,20%), além da remuneração habitual de suas aplicações financeiras e da Operação Urbana Centro.

Já em relação aos dispêndios, além do empréstimo à SP-Urbanismo, que movimentou 83,47% dos dispêndios, houve também a utilização de recursos com a gestão e a execução do contrato constante do processo SEI nº 7810.2016/0000075-7, cujo objeto é a prestação de serviços de monitoria, supervisão e avaliação do uso do mobiliário urbano em cinco unidades do Programa Centro Aberto, disponibilização de mobiliário urbano portátil e limpeza e manutenção, preventiva e corretiva, do mobiliário urbano fixo integrante do Programa Centro Aberto.

Ademais, os dispêndios ainda compreenderam despesas tributárias decorrentes dos rendimentos das aplicações financeiras do Mobiliário Urbano e Operação Urbana Centro.

3.4 – Valores a Receber

Representando 16,82% do ativo circulante em 31.12.19, os valores a receber da SP-Urbanismo apresentavam a seguinte estrutura:

Quadro 5 - Valores a Receber

Em R\$

Contas	31.12.19	31.12.18	Δ%	Composição %
Clientes a Receber	2.485.626,25	1.902.102,23	30,68	59,90
Contas a Receber	656.803,07	1.251.316,30	(47,51)	15,83
Locações a Receber	168.016,33	145.014,75	15,86	4,05
Outros Créditos	830.926,60	681.998,13	21,84	20,02
Despesas pagas antecipadamente	8.497,05	8.176,26	3,92	0,20
Total	4.149.869,30	3.988.607,67	4,04	100,00

Fonte: Balancetes Contábeis fornecidos pela Origem.

Em relação à estrutura dos recebíveis, observa-se como mais relevante a conta de “Clientes a Receber”, que representa 59,90% dos valores a receber, cuja composição se dá, essencialmente, pela 1ª medição do Contrato 16/2019/SMDU, no valor de R\$ 2.431.993,67.

Estruturalmente, ressalta-se, ainda, os valores em “Contas a Receber”, que registram, em sua maioria, valores provenientes de despesas pagas pela SP-Urbanismo na operacionalização das Operações Urbanas, sujeitas a reembolso posterior.

Ademais, têm-se como recebíveis relevantes aqueles registrados em “Outros Créditos”, decorrentes, principalmente, de créditos para compensação de impostos e os valores registrados em “Locações a Receber”, cuja origem é a exploração de suas propriedades para investimentos em contratos de locação com secretarias e empresas municipais.

Em relação às variações dos saldos, não foram identificados fatos atípicos relevantes que destoem da operação habitual da empresa.

3.5 – Valores a pagar

A SP-Urbanismo apresentou a seguinte estrutura para os valores a pagar no curto prazo:

Quadro 6 - Valores a pagar

Em R\$

Contas	31.12.19	31.12.18	Δ%	Composição %
Fornecedores	1.481.513,34	3.133.435,47	(52,72)	7,31
Obrigações fiscais	2.148.300,31	574.224,92	274,12	10,60
Obrigações trabalhistas	3.978.388,31	4.044.361,31	(1,63)	19,63
Outras obrigações	12.658.061,17	1.368.764,96	824,78	62,46
Total	20.266.263,13	9.120.786,66	122,20	100,00

Fonte: Balancetes Contábeis fornecidos pela Origem.

Inicialmente cabe esclarecer que ante às especificidades inerentes às provisões judiciais, estas não foram consideradas na análise financeira e terão seus impactos avaliados em auditoria programada específica que trate dos demonstrativos contábeis.

Estruturalmente, tem-se como mais relevante o saldo de R\$ 12.658.061,17 em “Outras Obrigações”, que representa 62,46% dos valores a pagar em curto prazo. Essa conta apresentou variação de saldo de 824,78% em relação a 2018, tendo como fator substancial para isso o levantamento da quantia de R\$ 11.264.215,37, referente a 80% de depósito judicial no âmbito de ação de expropriação de imóvel pertencente a SP-Urbanismo, cuja transferência de controle, benefícios e riscos ainda dependem de sentença judicial definitiva. Nesse sentido, importante salientar que, quando da resolução de tal processo, a baixa dos valores em questão não representará redução no caixa da SP-Urbanismo.

Além disso, compõem a dívida de curto prazo da SP-Urbanismo as “Obrigações Trabalhistas”, que representam 19,63% e se referem, basicamente, a encargos trabalhistas a recolher e provisão de férias.

Ademais, 10,60% da dívida de curto prazo da SP-Urbanismo tem origem em “Obrigações Fiscais”, cuja composição é majoritariamente decorrente de tributos sobre o faturamento (PIS/CONFINS), os quais foram os principais responsáveis pela variação do subgrupo (274,12%), notadamente impulsionada pelo aumento significativo das receitas, justificado por eventos extraordinários já abordados no subitem **3.3.1**.

Por fim, os “Fornecedores” compõem 7,31% dos passivos a pagar no curto prazo e se referem ao consumo de bens e serviços inerentes à atividade da empresa. Analisada a dinâmica de seu saldo em razão contábil, a variação negativa de 52,72% é explicada precipuamente por um aumento

expressivo de pagamentos no mês de dezembro, período em que a empresa teve potencializada sua capacidade de pagamento, por conta da arrecadação de seu maior volume de recursos.

3.5.1 – Tempestividade nos Pagamentos

Em relação aos pagamentos realizados no exercício, verificou-se que em torno de 7% destes, que perfazem 173 pagamentos, no total de R\$ 5.145.919,58, foram pagos em data posterior a do vencimento originário.

Conforme apurado junto à Origem, parte significativa das ocorrências identificadas pela auditoria teve como justificativa, em suma, a insuficiência de recursos. O período dessas ocorrências está compreendido, notadamente, entre fevereiro e julho, fato que corrobora a situação de caixa da SP-Urbanismo evidenciada no **Gráfico 1**.

Ademais, os outros atrasos ocorreram por externalidades alheias à SP-Urbanismo, tais como: atraso na documentação requerida do fornecedor, lapsos ou erros de processamento bancário, inscrição de fornecedores no Cadastro Informativo Municipal (CADIN) etc.

3.6 - Responsável pela área auditada

Nome	Cargo
JOSE ARMENIO DE BRITO CRUZ	Presidente

4 - CONCLUSÃO

Diante dos exames efetuados visando avaliar a gestão financeira, o fluxo de caixa e a tempestividade dos pagamentos, foram identificadas as seguintes impropriedades:

4.1 – A conciliação dos relatórios gerenciais de fluxo de caixa com os extratos bancários revelou diferenças mensais sistemáticas que, ao final do exercício, totalizaram uma diferença a menor de R\$ 97.747,75, denotando fragilidade na rotina de controle gerencial e comprometendo, por conseguinte, a confiabilidade e a fidedignidade de tais relatórios. (subitens **3.3**, **3.3.1** e **3.3.2**).

4.2 – Foi identificada a utilização de recursos do Mobiliário Urbano em atividades estranhas às consignadas no art. 13 do Decreto Municipal nº 51.415/10, com redação dada pelo Decreto Municipal nº 56.377/15, à época dos fatos. (subitem **3.3.1**).

4.3 – No período de fevereiro a julho foram identificadas ocorrências de pagamentos a fornecedores com atrasos, os quais tiveram como principal causa a situação de insuficiência financeira da SP-Urbanismo. (subitem **3.5.1**).

Solicita-se autorização para que o presente acompanhe o processo TC nº 006736/2020, que trata do Relatório Anual de Fiscalização da SP-Urbanismo, relativo ao exercício de 2019.

Em 27.05.20.

PIERRE JOSE DE LUNA MARIA
Agente de Fiscalização

RICARDO DOS SANTOS DE SOUZA
Supervisor de Equipes de
Fiscalização e Controle - 13

PJLM/

R.P.: SRS